

Adusp

INFORMATIVO

Valorização dos níveis iniciais da carreira; Previdência; “nova carreira” ...

Mais um semestre se inicia e retomamos nossa rotina de trabalho, que tem sido pesada. Mas esperamos que o mês de julho tenha permitido “recarregar as baterias”, pois já é hora de pensarmos as questões e desafios com os quais precisaremos nos ocupar ao longo do próximo período.

No final do semestre passado, encaminhamos solicitação de agendamento de reunião entre o Cruesp e a Adusp, Adunesp e Adunicamp para tratar de proposta de valorização salarial dos níveis iniciais da carreira docente. Em 8/7, recebemos um telefonema da Reitoria da Unesp, solicitando que enviássemos uma proposta numérica para avaliação e posterior agendamento de reunião, o que foi feito no dia 12/7.

Na última semana de julho, fomos informados de que o reitor da Unesp, presidente do Cruesp, havia encaminhado aos demais reitores alternativas de data para a realização de reunião com as Associações Docentes, mas que nenhuma delas era viável para o reitor da USP. Insistimos, então, com o chefe de gabinete da Reitoria, professor Amadio, para que o professor Rodas indicasse datas para a realização da reunião. A esta altura, esperamos que o reitor já tenha tomado essa iniciativa e que, em breve, possamos nos reunir para tratar desse tema, que integra a pauta específica de data-base dos docentes das três universidades.



Afinal, não nos faltam motivos para querer discutir o tema, senão vejamos: o salário inicial de professor doutor em RDIDP (R\$ 8.211,02) não é suficientemente atrativo para que as universidades possam contar com os melhores quadros; além disso, por exemplo, a recente reforma da carreira dos funcionários técnico-administrativos na USP, entre outras alterações, elevou os pisos salariais dos diferentes níveis (básico, médio e superior), sem dúvida uma correção importante. Mas o atual salário de auxiliar de ensino em RDIDP (R\$ 3.968,44) é inferior ao piso do técnico de nível superior (R\$ 5.691,08).

A alegação de que a recente aprovação dos critérios de progressão para os níveis ho-

izontais que integram a nova carreira resolveria a questão não procede. O fato de os docentes poderem obter ganhos salariais ao progredirem na carreira não elimina, nem compensa, o fato de que o piso salarial praticado não é compatível com a qualificação exigida para o exercício da função.

Assim, é ou não hora de sentarmos para negociar uma valorização dos níveis iniciais da carreira?

Mais tarefas!

Vale lembrar também que, no *Informativo Adusp* 329, a diretoria da Adusp manifestou-se acerca do processo de discussão e votação, no Conselho Universitário da USP, dos critérios de progressão na nova carreira, bem como so-

bre os procedimentos utilizados para a obtenção do quórum de 2/3, necessário para sua aprovação. Cabe agora à nossa Assembleia (que será realizada até o final deste mês) e ao Conselho de Representantes (que se reunirá em 19/8, em Ribeirão Preto) manifestarem-se sobre os últimos acontecimentos e seus desdobramentos.

Ademais, teremos ainda que nos ocupar com uma provável mudança da sede da Adusp, em função da reforma do prédio da antiga Reitoria: em audiência com parte da diretoria da Adusp no último dia 26/7, o reitor deixou claro que, durante a referida reforma, não poderemos permanecer no espaço que ocupamos há mais de duas décadas. E a Reitoria parece interessada em formalizar

o processo de cessão de espaço para a Adusp.

Reafirmamos, durante a reunião, a necessidade de um espaço adequado para o funcionamento da sede da Adusp e de um prazo suficiente para realizarmos a mudança, se de fato necessária.

Como vêem, muitas tarefas nos aguardam...

Isso tudo sem falar na questão da Previdência, cujo debate devemos retomar brevemente; nas eleições complementares para o Conselho de Representantes, que ocorrerão em setembro; e na comemoração dos 35 anos da Adusp, pois comemorar também é preciso.

Será necessário reafirmar que desejamos contar com a participação de todos os colegas nessa empreitada?

Bom semestre a todos!

MPF recomenda ao Cofen revogar veto a egressos do curso de Obstetrícia

No dia 21/6 o Ministério Público Federal (MPF), exercendo sua competência de zelar pelo respeito, por parte dos órgãos públicos federais, à Constituição, às leis do país e aos tratados internacionais dos quais a República seja parte, resolveu recomendar ao Conselho Federal de Enfer-

magem (Cofen) que dê plena vigência ao artigo 6º da Lei 7.498/96, cujo texto é o seguinte: “São enfermeiros: (...) inciso II: o titular do diploma ou certificado de Obstetriz ou de Enfermeira Obstétrica, conferido nos termos da Lei”.

Tendo em vista essa legislação e a importância da forma-

ção destes profissionais para a execução de políticas públicas de saúde condizentes com as orientações do SUS, o MPF recomenda, ainda, que o Cofen revogue resolução que veda a inscrição dos egressos do curso de Obstetrícia, indicando que deva ser editada nova resolução, ou documento equivalente,

para regulamentar a inscrição de Obstetrizes em todos os conselhos regionais de Enfermagem (Coren) do país. O MPF concedeu o prazo de vinte e cinco dias para que o sistema Cofen/Coren informe sobre as medidas adotadas em cumprimento à recomendação.

O parecer do MPF favore-

ce, assim, a luta dos profissionais egressos do curso de Obstetrícia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP para obter seu registro profissional no Cofen (vide *Informativo Adusp* 325). Recentemente, o curso teve seu reconhecimento renovado pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

Eleições para o Conselho de Representantes

No mês de setembro, realizaremos eleições complementares para o Conselho de Representantes (CR) da Adusp. As unidades que não elegeram seus representantes em maio último poderão apresentar candidatos para essa eleição, e os conselheiros eleitos terão mandato até maio de 2013. São elas:

Bauru

Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Láblio-Palatais.

Capital

Escola de Comunicações e Artes / Escola de Educação Física e Esporte / Escola de Enfermagem / Escola Politécnica / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Faculdade de Direito / Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade / Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia / Faculdade de Medicina / Faculdade de Odontologia / Faculdade de Saúde Pública / Hospital Universitário / Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas / Instituto de Biociências / Instituto de Ciências Biomédicas / Instituto de Ciências Matemáticas e da Computação (suplente) / Instituto de Eletrotécnica e Energia / Instituto de Estudos Avançados / Instituto de Estudos Brasileiros / Instituto de Geociências / Instituto de Medicina Tropical de São Paulo / Instituto de Química (suplente) / Instituto de Relações Internacionais / Museu de Arqueologia e Etnologia / Museu de Arte Contemporânea / Museu de Zoologia / Museu Paulista.

Lorena

Escola de Engenharia de Lorena.

Piracicaba

Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

Ribeirão Preto

Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto / Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (suplente) / Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto / Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (suplente) / Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto / Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (suplente).

São Carlos

Escola de Engenharia de São Carlos / Instituto de Arquitetura e Urbanismo / Instituto de Física de São Carlos / Instituto de Química de São Carlos.

Participe! Fortalecer o CR é fundamental para que a Adusp esteja presente em cada unidade !

Adusp contrata advogado(a)

A Adusp-S.Sind. pretende contratar um(a) advogado(a) recém formado(a), com jornada de trabalho de 4 (quatro) horas diárias, para atuar nas áreas de direito administrativo e de direito público, integrando sua assessoria jurídica, com as seguintes funções:

- Estudo da matéria específica pertinente;
- Elaboração e acompanhamento de recursos administrativos;
- Andamento e acompanhamento de questões individuais relativas a associados da Adusp;
- Elaboração de ofícios de teor jurídico;
- Alimentação do banco de dados e banco de jurisprudência de apoio às ações judiciais da entidade e ações políticas da diretoria;
- Preparação de clipping de notícias jurídicas de interesse da entidade;
- Participação nos atendimentos aos associados nos plantões de São Paulo e nos campi do interior;
- Elaboração de petições, de menor à maior complexidade, sob supervisão do advogado responsável;
- Acompanhamento dos processos nos fóruns e tribunais;
- Elaboração de relatórios.

A seleção será feita em etapas sucessivas, de caráter eliminatório, iniciando-se pela análise do currículo e seguindo-se por prova escrita e entrevista.

O salário inicial proposto é de R\$ 3.000,00.

Os (As) interessados(as) precisam ter disponibilidade para realizar viagens ao interior de São Paulo e deverão enviar seu currículo, endereço, telefone e e-mail para a sede da entidade, conforme segue:

Adusp - Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo
Rua da Reitoria, 374 – Prédio da Antiga Reitoria da USP.
CEP 05508-010, São Paulo – SP.

Serão considerados os currículos que chegarem à entidade até a data de 09/09/2011.

Os interessados que forem selecionados para a próxima fase, em conformidade com este edital, serão avisados por telefone e/ou e-mail.

56º Conad condena precarização do trabalho docente

O 56º Conad-Conselho do Andes-Sindicato Nacional realizou-se em Maringá (PR) entre 14/7 e 17/7, com a participação de 53 seções sindicais (a Adusp entre elas), 49 delegados, 91 observadores e 4 convidados, tendo como tema central “Independência Sindical, Trabalho Docente, Autonomia Sindical”.

A Carta de Maringá, aprovada ao final, destaca que o Andes-SN continua atuando contra as privatizações, na defesa dos serviços públicos e dos direitos dos docentes dos quatro setores (das instituições federais, estaduais, municipais e particulares); reafirma o compromisso com o Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira (II Congresso Nacional de Educação, Belo Horizonte/MG, 1997); e critica o PL 1.749/2011, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. A seguir, alguns trechos da Carta:

“O 56º Conad registrou o aprofundamento da crise internacional, a partir das manifestações vigorosas dos trabalhadores, no mundo árabe e na Europa, por seus direitos, expressando o crescente

inconformismo com os desmandos do capital na sua ação predatória. Essas ações evidenciam o movimento da classe trabalhadora que existe e se apresenta com uma dimensão qualitativamente diferente em seu alcance geográfico e político.”

“Em relação aos Setores em que se organizam os docentes no Andes-SN, o 56º Conad registrou grandes mobilizações, paralisações e greves ocorridas em universidades estaduais e municipais, no primeiro semestre de 2011, tendo como pauta comum o financiamento para a universidade pública, a defesa da autonomia universitária, dos salários e das condições de trabalho, a carreira, o concurso público para professores e contra a precarização do trabalho docente”.

“No que diz respeito ao Setor dos Docentes das Instituições Particulares de Ensino Superior-IPES, continuam as demissões desenfreadas e as contratações precarizadas, assim como os ataques à livre organização dos professores no Andes-SN. Na esteira da convivência do governo, mantém-se a tergiversação sobre os desmandos das mantenedoras contra a livre orga-

nização dos docentes das IPES. O 56º Conad reafirma que a luta pela organização democrática nas IPES constituiu-se em questão central para toda a categoria”.

“Greve”

“Sobre a Campanha de 2011 do Setor dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES com os Servidores Públicos Federais, o 56º Conad deliberou que se empenhem esforços na campanha unificada em torno dos eixos gerais, reforçando permanentemente a CNESF como espaço organizativo privilegiado dos servidores públicos federais, com destaque para a agenda de negociações com o MPOG. No que trata da pauta específica do Setor das IFES, o 56º Conad aprovou que sejam planejadas ações – ampliando a mobilização da base para a Campanha 2011, a partir de balanços periódicos realizados nas reuniões do Setor – e indicou para a categoria a necessidade de construção da greve”.

“As ações governamentais, visando ressuscitar o conteúdo da MP 520, por intermédio do envio ao Congresso

Nacional do PL 1749/2011, que promove a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, foram motivo de debate. O 56º Conad reafirmou a posição contrária do Sindicato a essa proposta que fere profundamente a autonomia universitária, afronta a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão e entrega a rede de hospitais universitários e de ensino aos interesses privados”.

“Adoecimento”

“Considerando que a intensificação e a precarização do trabalho, decorrentes da reforma de Estado, promovem o avanço do adoecimento dos docentes, o 56º Conad decidiu que sejam realizados seminários para aprofundar a discussão sobre a saúde do trabalhador docente. Da mesma forma, se posicionou veementemente contrário ao PL 1992/2007, que institui o regime de previdência complementar e propôs ações unitárias com a CNESF, o Fórum de Entidades, o Espaço de Unidade de Ação e a CSP-Conlutas, na perspectiva da derrubada desse Projeto de Lei”.

“A reforma de Estado em curso se expressa na política educacional privatizante, no parco financiamento para a educação e nos marcos neoliberais da proposta governamental do PNE 2011-2020. Assim, o 56º Conad conclamou todas as Seções Sindicais e o conjunto da categoria docente a se envolverem ativamente na campanha pela aplicação de ‘10% do PIB nacional na educação pública, já!’ e na organização do plebiscito. Além disso, deliberou pela realização do ‘Seminário Nacional sobre Estado e Educação: a questão do PNE 2011-2020’ como forma de preparar a ação do Andes-SN contra os ataques à educação expressos na proposta do governo”.

“Relacionado ao financiamento do sistema nacional de ensino e pesquisa, o 56º Conad decidiu que o Andes-SN promova discussões e debates regionais sobre as atuais funções da Capes e seus efeitos no meio acadêmico brasileiro, incluindo o tema na programação do Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia a ser realizado no segundo semestre de 2011”.

Revista Adusp 50 aborda relação entre pressão por resultados acadêmicos e casos de plágio

A edição 50 da *Revista Adusp* traz extensa reportagem de capa sobre os fenômenos do plágio e das fraudes em trabalhos científicos e sua possível associação à imensa pressão institucional por resultados quantitativos. Os repórteres colheram as opiniões de muitos docentes respeitados, que servirão de subsídio ao necessário debate da questão. Capes, CNPq e Fapesp tiveram a oportuni-

dade de se pronunciar. A matéria também aborda casos de plágio que ocorreram na USP (um deles envolveu a então reitora Suely Vilela) e na Unicamp e UFMT.

O leitor encontrará nessa edição, ainda, uma entrevista exclusiva com o professor Elisaldo Carlini, da Unifesp; uma reportagem sobre os planos do ministro Aloisio Mercadante, da Ciência e Tecnologia; uma avaliação da gestão do reitor

Grandino Rodas; e dois artigos que lançam um apurado olhar crítico sobre projeto para o Plano Nacional de Educação 2011-2020 enviado ao Congresso Nacional pelo MEC.

Outras reportagens abordam o caso do desaparecimento do ex-deputado federal Rubens Paiva, a criação do *Museo de las Memorias* de Assunción, e o protesto das “Mães de Maio” contra os cinco anos de impunidade

do massacre executado em São Paulo em 2006, por grupos de extermínio constituídos por policiais militares.

As edições da *Revista Adusp* (desde a primeira, lançada em dezembro de 1994) estão disponíveis em www.adusp.org.br/revista/Default.htm. Exemplares em papel podem ser obtidos na sede da Adusp.



Insalubridade e aposentadoria especial

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no Mandado de Injunção (MI) 880, permite ter reconhecido o direito à contagem de tempo especial para o servidor público após 11/12/1990, o que não acontecia anteriormente sob a alegação de que dependia de norma regulamentadora. No MI 880, o STF determinou que deve ser aplicada a Lei 8.213/91 (Lei de Benefícios da Previdência Social), até que seja editada norma específica.

Na esfera estadual, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) julgou e acatou o Mandado de Injunção 168.151.0/5-00, possibilitando também a aposentadoria especial de servidores públicos do Estado de São Paulo, no exercício de funções sob condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Tal decisão é extensiva a todos os servidores nas mesmas condições.

Essas decisões são essenciais para efetivar direitos constitucionais dos servidores públicos, até então não respeitados.

Como decorrência dessas decisões o servidor e, no caso específico, o docente:

1) que atua por pelo menos 25 anos ininterruptos sujeito a agentes nocivos à saúde e/ou à integridade física (de forma permanente, não ocasional nem intermitente) tem o direito de se aposentar após estes 25 anos, dependendo do grau de lesividade da atividade desenvolvida, na forma da lei.

2) que não houver atuado de forma ininterrupta, nas condições citadas, poderá contar os períodos em que esteve sujeito a estas atividades com um determinado acréscimo legal, levando este período (com o acréscimo correspondente) para ser somado ao tempo de trabalho

comum, cumprindo a exigência de tempo de serviço mínimo para a aposentadoria (35 anos – homens, e 30 anos – mulheres).

3) pode ter direito ao abono de permanência (ou diferenças a receber).

USP resiste...

Parece claro que, se os próprios STF e TJ-SP reconhecem o direito à aposentadoria especial, decorrente da constatação de que o servidor exerceu atividades sob condições nocivas à saúde e à integridade física, *inexiste motivo jurídico* para que a Administração Pública estadual deixe de pagar o adicional de insalubridade aos docentes e servidores estatutários em geral.

A falta de edição de norma específica não pode ser alegada pela Administração para se abster de conceder esse direito ao servidor que fizer

jus, pois tal postura estará em dissonância com os direitos dos servidores agora reconhecidos legalmente.

A Adusp já oficiou mais de uma vez à Reitoria da USP, solicitando providências para prover esses direitos, bem como já promoveu uma medida judicial para que se interrompa a prescrição do direito de demandar valores atrasados.

A USP tem resistido a reconhecer o direito ao adicional de insalubridade para docentes na ativa, bem como o direito à aposentaria especial decorrente do tempo laborado em situação insalubre ou de risco. Igualmente, ainda não tomou iniciativas para providenciar os respectivos laudos ambientais, nas diferentes áreas de atuação e de atividades docentes, que permitam a devida caracterização e comprovação das situações especiais que geram os respectivos direitos.

Diante deste quadro é possível ajuizar ações para garantir: a) direito à aposentadoria especial; b) direito à conversão do tempo especial em tempo normal para aposentadoria; e c) direito ao adicional de insalubridade, tanto para o docente na ativa como para o aposentado, a partir do limite prescricional de cinco anos anteriores à data de 20/8/2010. Esse tipo de iniciativa pode ser de cunho individual ou coletivo.

A Adusp vai pautar a discussão sobre essa iniciativa de caráter coletivo em suas instâncias. Independentemente disso, os docentes que quiserem ingressar com ações individuais podem fazê-lo, desde já, com base nas medidas que visam a garantia desses direitos, já tomadas pela entidade. Para tanto, os associados podem buscar orientação no plantão jurídico, na sede da Adusp.

Gatilho: papel da Adusp foi decisivo, dizem beneficiários

Vinte e um anos depois de a Adusp entrar com a ação do Gatilho, e seis anos após a decisão favorável transitar em julgado, o acordo entre a Reitoria e a Adusp finalmente materializou a reparação dos direitos de mais de 3 mil docentes. O *Informativo Adusp* conversou com beneficiários que já receberam os devidos valores e lhes pediu uma avaliação desse processo de luta.

Carlos Alberto Ferreira Martins, professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, critica a lentidão da justiça: “Não posso dizer que a espera me surpreendeu, pois o órgão público é sempre muito lento. O processo foi longo como se esperava que fosse para que se pudesse viabilizar o pagamento da parcela”.

Alguns docentes já nem acreditavam na possibilidade de pagamento do gatilho: “Foi fantástico. Foi uma batalha difícil, longa. Na verdade eu nem esperava mais. A Adusp teve papel fundamental para que pudéssemos vencer”, declara o professor Luis dos Ramos Machado, da Faculdade de Medicina.

Inconformado com a forçada espera a que foi submetido, o professor aposentado Luis Felipe Gomes e Silva, da Escola de Engenharia de São Carlos, atribui a demora à “luta pela justiça no Brasil,



Professor Machado



Professor Paciornik

Fotos: Daniel Garcia

que sempre tarda e falha”. Além disso, protesta: “Eu fui perseguido durante 10 anos pelos meus colegas engenheiros. A Escola de Engenharia aqui é de ultra-direita, então como criar uma associação dos docentes com pessoas que só pensam no seu próprio umbigo?”

lado dos professores. No entanto, teve que haver um processo judicial para se resolver o caso”.

“A demora foi muito grande. A Reitoria fez de tudo para atrasar, mas a Adusp teve papel fundamental para que tudo desse certo. Fiquei muito revoltada com

“Revoltada”

O professor aposentado Sívio Davi Paciornik, do Instituto de Física, critica a USP: “Por que, no começo, quando foi levantada essa tese, a universidade não avaliou que era uma reivindicação justa? A universidade deveria teoricamente ficar ao

lado das pessoas que não quiseram contribuir para a Adusp. Achei uma vergonha”, declara a professora aposentada Judith Kardos Klotzel (ICB), ex-presidente da entidade (1985-1987), referindo-se à fração de 0,5% do valor recebido, que mais de 90% dos beneficiários concordaram em doar.

“A atuação da Adusp foi decisiva para evitar que houvesse outra injustiça, como somente poucos professores se beneficiarem”, conclui o professor Martins. O professor Silva considera uma falha da entidade não ter sido avisado sobre os pagamentos (ficou sabendo por um colega), mas assim mesmo comemora: “O papel da Adusp nesse processo foi total. Sem ela não teríamos ganhado nada”.